



O ASSENTAMENTO COLETIVO SANTA MARIA DO MUNICÍPIO DE PARANACITY - PR

Tsugie Kawano Oyama¹, Elpídio Serra²

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo apresentar o assentamento coletivo Santa Maria, localizada no município de Paranacity, região Noroeste do Paraná. O embasamento teórico-metodológico está fundamentado em uma revisão bibliográfica sobre o tema Reforma Agrária e assentamento rural, assim como também através de entrevista com o assentado e associado deste assentamento Santa Maria, sendo o Engenheiro Florestal Allan Francisco Ferreira. Para a manutenção desta cooperativa, as famílias deste assentamento coletivo comercializam seus produtos agrícolas tanto “*in natura*” como os produtos industrializados no próprio assentamento (obtenção agregação de valores). O assentamento rural Santa Maria é um assentamento coletivo, sendo assim, a terra não é dividida, é administrada, geralmente, por uma cooperativa, no caso deste assentamento em questão, que se localiza no município de Paranacity, é administrada pela Copavi. Os rendimentos são distribuídos na proporção do trabalho realizado, ou seja, de acordo com as horas trabalhadas. Esta cooperativa tem o caráter coletivo, e todos tem que seguir o regimento interno. Não há divisão da terra, pois é uma Cooperativa de Produção Agropecuária - CPA. A Copavi utiliza a forma de produção agroecológica e o valor agregado através de beneficiamento e processamento dos produtos agropecuários produzidos neste assentamento, contribuindo portanto, com a preservação do meio ambiente e a inclusão social dos assentados.

PALAVRAS CHAVE: Assentamento Coletivo; Mst; Paranacity; Reforma Agrária.

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade na distribuição da terra agrícola no Brasil é um dos principais problemas do meio rural, na qual implica na questão socioeconômica dos trabalhadores rurais. Uma grande parte das terras se encontra nas mãos de uma pequena parcela da população que são os latifundiários. Outros possuem pouca ou nenhuma terra, esses aspectos caracterizam concentração fundiária, ou seja, há desigualdade na distribuição da terra. No país, há existência de uma grande massa de lavradores com pouca terra, ou impedidos de acesso à propriedade, posse e uso da terra.

A luta pela terra e violência é um fato histórico que vem sendo submetidos há mais de meio século no Brasil. Os primeiros a conhecerem esse processo foram os índios, seguido pelos escravos e, por último, os camponeses que até hoje lutam pelo direito à terra (OLIVEIRA, 2007).

As terras improdutivas, que não estão cumprindo o seu papel social, são desapropriadas pelo governo e destinadas aos interesses sociais, como a criação de reservas ecológicas e o assentamento de trabalhadores rurais sem-terra. É necessário que o governo propicie aos assentados não somente o direito à terra, mas também pela condição para a sua exploração, que é a concessão de créditos rurais, a assistência técnica e execução de programas que visem estimular a atividade agrícola e o bem estar dos trabalhadores.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Como procedimento metodológico, primeiramente, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema Reforma Agrária, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST e sobre assentamento rural. Assim como também, informações retiradas do site da Copavi.

No segundo momento, foi realizado uma visita neste assentamento coletivo de Paranacity. Para a obtenção de informações, consistiu-se de fontes primárias, sendo através de entrevista semiestruturada, com o assentado e associado do assentamento Santa Maria, sendo ele, o Engenheiro Florestal Allan Francisco Ferreira, abordando sobre a estrutura e o funcionamento deste assentamento rural coletivo. Os registros das informações foram por meio de anotações. Utilizou-se também o registro fotográfico para a ilustração desta pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANACITY

O município de Paranacity (**Figura 1**) situa-se na Mesorregião Geográfica Noroeste do Paraná. Na latitude de 22° 55' 48"S e 52° 09' 04"W de longitude e sua altitude é de 380 m, a sua área territorial é de 348,2 Km²

¹ Acadêmica do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Maringá - PR. Bolsista CAPES. oycarmen@msn.com

² Docente do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Maringá – PR. serraelpidio@gmail.com



(IPARDES, 2015). Sendo que os 210,8 Km² está inserida na bacia hidrográfica do rio Pirapó, na qual representa 4,1% da área desta bacia. E os 137,4 km² está inserido na bacia hidrográfica de Paranapanema 4, e representa os 3,2% da área desta bacia (PARANÁ/SEMA, 2013).

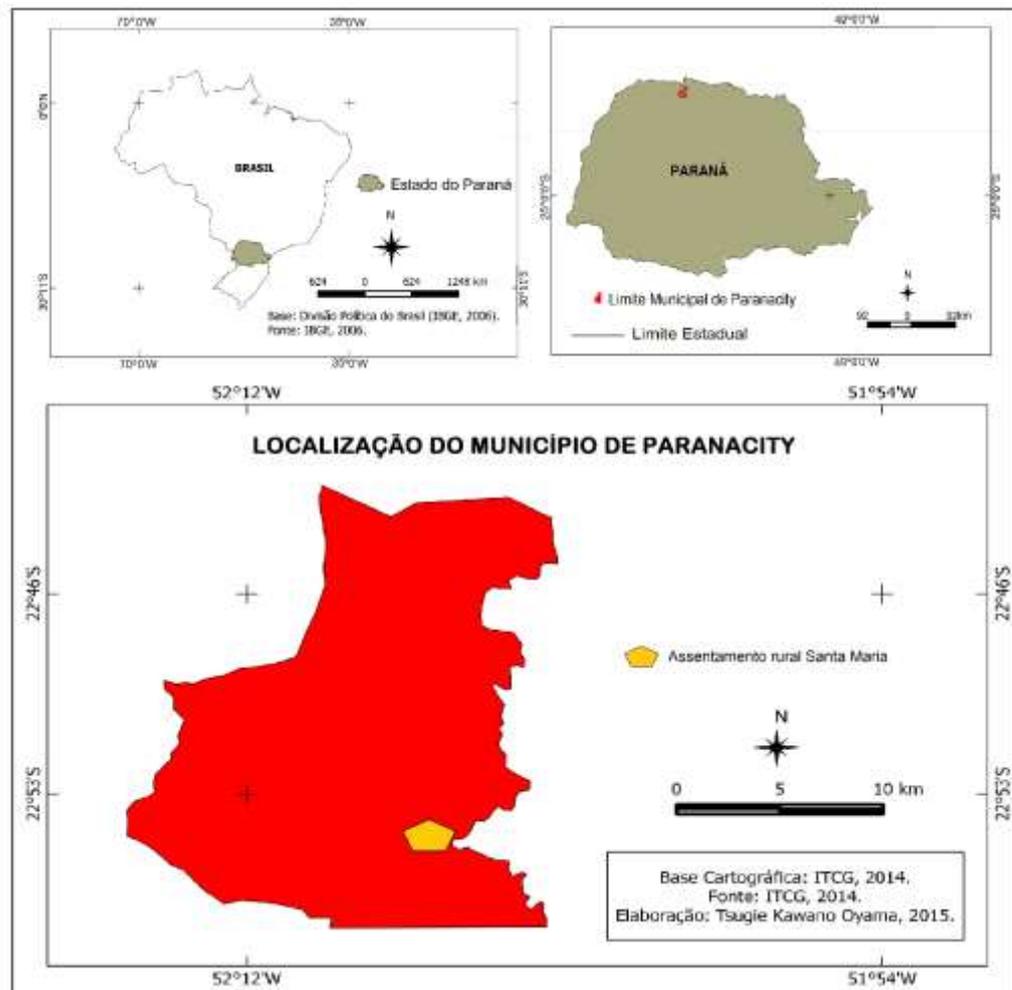


Figura 1: Mapa de localização do Município de Paranacity – PR e do assentamento rural Santa Maria.

O município de Paranacity foi fundado em 26 de novembro de 1955. Possui uma população de 10.250 habitantes, sua densidade demográfica é de 31,50 hab/km² e seu grau de urbanização é de 92,38 % (IPARDES, 2015).

Este município é área da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), posteriormente designada de Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Porém, ela foi colonizada pela Imobiliária Progresso Ltda, que foi responsável pela colonização e vendas de lotes urbanos e rurais aos compradores de diversas regiões do país. O modelo de ocupação foi o mesmo da CMNP, ou seja, os lotes rurais foram divididos em pequenas e médias propriedades, pois o café se adaptou a esse modelo. Foi uma estratégia de interesse em ocupar rápido a área, daí a pequena e média propriedade.

No entanto, a cultura cafeeira começou o seu declínio a partir da década de 1960, em função de vários fatores, tais como: o excesso de produção, resultando na erradicação dos cafezais; as sucessivas geadas (principalmente a de 1975, que praticamente dizimou a cultura cafeeira do Norte do Paraná); as políticas desestimulantes ao café; a legislação dos trabalhadores rurais em 1963; o esgotamento do solo; a concorrência internacional e a modernização da agricultura. Todos esses fatores resultaram, portanto, na crise do mercado cafeeiro. Diante desse fato, atingiu o modelo da pequena propriedade familiar, planejada pela CMNP. Essa crise do café resultou, também, em um impacto social, pois, “enquanto se processava a erradicação, os trabalhadores continuavam tendo emprego no campo; concluído o trabalho, o que aconteceu foi o maior índice de desemprego concentrado de toda a história agrária do Paraná [...]” (SERRA, 1991, p. 166).

Para tanto, a modernização da agricultura foi o principal fator decisivo para agravar a crise da cafeicultura (SERRA, 1991), levando ao avanço capitalista no campo, na concentração fundiária e no êxodo rural, causando, assim, uma nova fisionomia para o espaço agrário de Maringá e região Noroeste do Paraná.



Grande parte dos pequenos cafeicultores venderam ou arrendaram suas propriedades para grandes produtores, os quais acabaram por formar grandes propriedades (MORO, 1991).

Diante deste fato, percebe-se que a estrutura fundiária de Paranacity foi baseada em pequenas propriedades até o início de 1970. A partir daí, o quadro foi se invertendo, ocorrendo a concentração fundiária.

Até a década de 1950, a monocultura do café era predominante no município de Paranacity. Ao decorrer das décadas seguintes, a cultura cafeeira foi sendo substituída por culturas temporárias e pastagens nos solos arenosos, derivados do arenito Caiuá, esses solos possuem uma baixa produtividade, deficiência hídrica e são susceptíveis à erosão. Desta forma, o Complexo Cafeeiro cedeu lugar para o Complexo Agroindustrial. Havendo portanto, uma maior diversificação de culturas.

Atualmente, a atividade de Paranacity está baseada na Pecuária, na Lavoura Permanente e temporária. Em relação à lavoura, o destaque é para a Cana-de-açúcar, como pode ser verificado no quadro 1.

Quadro 1: Área colhida, produção e rendimento médio por tipo de cultura - 2013

PRODUTOS	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
Cana-de-açúcar	17.958	1.179.132	65.661
Feijão (em grão)	50	59	1.180
Mandioca	566	13.930	24.611
Milho (em grão)	1.050	4.746	4.520
Soja (em grão)	1.000	3.300	3.300
Tomate	2	120	60.000
Borracha (látex)	20	42	2.100
Café (em grão)	7	4	571
Laranja	29	638	22.000
Urucum (semente)	500	570	1.140

Fonte: IPARDES, 2015

Organização: A autora, 2015

Na região Noroeste do Paraná, há uma diversificação de atividades agropecuária como pôde ser verificado na tabela 1, como grandes áreas com gado de corte, urucum, fruticulturas, aviário, cana-de-açúcar, etc. A cana-de-açúcar e a pastagem estão sendo viáveis nesta região, pois é uma cultura que necessita de extensas áreas para o seu cultivo, e na região Noroeste do Paraná, o preço das terras são mais baratas em relação à Maringá, pois nesta região o solo é mais arenoso, portanto, menos produtivo, e mais suscetível à erosão, ao contrário de Maringá, onde o solo é mais argiloso, portanto, mais produtivo. A viabilidade de se cultivar a cana-de-açúcar nesta região é também em função da existência da Usina de açúcar e álcool Santa Teresinha. Outra característica, é a concentração de terras por arrendamento, pois há pequenos produtores que consideram inviável produzirem em suas terras e preferem arrendar para os grandes produtores, de acordo com o censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2006, consta 14 estabelecimentos rurais arrendados em Paranacity (IPARDES, 2015).

3.2 REFORMA AGRÁRIA E O ASSENTAMENTO RURAL DE PARANACITY

A reforma agrária ocorre em propriedades que não cumprem sua função social. É o que consta na Constituição Federal de 1988 em seu capítulo III do artigo 184, da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei (BRASIL, 1988).

O mecanismo da desapropriação tornou-se cada vez menos usado devido à impedimentos legais, e o governo federal parte para o mecanismo à aquisição de imóveis, portanto, a reforma agrária brasileira é na verdade, uma política de compra de terras para a formação de novos assentamentos rurais (NAVARRO, 2014).

A reforma agrária constitui-se em:

[...] um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a



assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal (OLIVEIRA, 2007, p. 68).

Ou seja, na visão do autor, a reforma agrária provoca mudanças na estrutura fundiária sem que haja mudanças no modo capitalista de produção vigente nas diferentes sociedades. Desta forma, a reforma agrária tem como objetivo mudar a propriedade privada da terra concentrada nas mãos dos latifundiários, dividindo-a e a distribuindo para os camponeses e demais trabalhadores.

O plano de reforma agrária está na Constituição deste país, porém, o governo não o faz, tanto é que anda a passos lentos. Desta forma, atualmente, os trabalhadores rurais não proprietários que lutam pela posse da terra, realizam movimentos sociais, em que suas ações contribuem para que a Reforma Agrária saia do papel. Um dos movimentos sociais mais conhecido é o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem-terra, que surgiu no ano de 1984, para atuar em defesa dos trabalhadores rurais. O MST se estabeleceu como um movimento a nível nacional, com o objetivo de pressionar o governo federal a acelerar o processo de Reforma Agrária, com a finalidade de uma melhor divisão das terras deste país, assim como também, contribui na conquista de infraestrutura, financiamentos para explorar a terra constituição de cooperativas, enfim, do bem estar social e econômica do assentado.

De acordo com Oliveira (2007), o MST é considerado como o movimento socioterritorial rural mais organizado do final do Século XX e início do Século XXI, não foi e nem é o único movimento social na história do Brasil, como verificou-se anteriormente, pois houve um número muito grande de movimentos de luta pela terra no campo brasileiro, como a luta dos povos indígenas pela demarcação de seus territórios; a luta pela terra de trabalho realizada pelos posseiros que se faz em vários pontos do país; a luta dos camponeses contra as desapropriações de terra para a execução das grandes obras do Estado. Contudo, o MST é o principal desses movimentos, porque, é aquele que tem uma organização mais sólida, de caráter nacional. É um movimento diferenciado, pois, respeita as decisões tomadas coletivamente.

Após a ditadura militar, a sociedade vem se organizando para lutar pelos seus direitos. A população está indo para a rua reivindicar seus direitos de cidadão. Os movimentos sociais estão se fortalecendo. O povo nas ruas, exigindo direitos e reformas estruturais no país é algo importante para que os políticos avaliem e se sensibilizem com as questões e reclamações do povo, estudando e discutindo com urgência as mudanças necessárias para uma reforma justa, que beneficie a sociedade brasileira. E assim é o MST, com seus movimentos de massa, pressionando o Estado pelo cumprimento da lei da reforma agrária, indo para as ruas gritando palavras de ordem como a que ocorreu em 1985/6 em que o lema foi “Reforma Agrária já”.

O MST está presente em várias regiões do país, pressionando o governo a realizar desapropriações. Sendo assim, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), órgão federal responsável para executar a reforma agrária, organiza uma lista de assentamentos para beneficiar os trabalhadores rurais sem-terra, que se encontram nos acampamentos. Existem 9.256 assentamentos em todo o país, ocupando uma área de 88.314.857 hectares (INCRA, 2015).

As informações contidas neste trabalho, sobre o assentamento rural³ Santa Maria do município de Paranacity no estado do Paraná, foram colhidas “*in loco*”, através de entrevista. As informações sobre os aspectos físicos e socioeconômico deste assentamento foram fornecidas pelo assentado e associado Engenheiro Florestal Allan Francisco Ferreira, assim como também, retiradas do site da Copavi (2013).

De acordo com Allan, este assentamento possui diversas atividades, como a agricultura, pecuária leiteira e indústria, entre outros. A produção é beneficiada e processada (atividade industrial para agregar valores aos seus produtos) pelos assentados com a finalidade de obtenção de renda através da comercialização, e também para o consumo das famílias assentadas. Essas atividades diversificadas acompanham de acordo com a tendência de mercado. A área total deste assentamento é de 235 ha, mas a área agricultável é de apenas 170 ha, o restante é Área de Preservação Permanente (APP), moradia, etc.

Segundo Serra (1991), no que diz respeito à infraestrutura dos assentamentos, de maneira geral, os projetos de assentamento rural são na maior parte direcionadas para terras de baixa fertilidade natural, distantes de centros consumidores e de prestação de serviços. Porém, este assentamento do município de Paranacity, situa-se próxima a esta cidade, isso contribui para a comercialização de seus produtos. Já no que diz respeito ao solo, esta microrregião possui um solo com pouca capacidade produtiva, pois são solos derivados do arenito Caiuá. E devido à sua baixa altitude e conseqüentemente, uma temperatura mais elevada; e um baixo total pluviométrico, que somados, caracteriza essa região um risco do fenômeno de estiagem, fato que também implica

³ “Basicamente, o assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas é entregue pelo Incra a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias” (INCRA, 2015).



no sucesso da produção agropecuária. Em relação à baixa fertilidade do solo, atualmente é possível a sua recuperação através de adubação.

Neste assentamento se constrói a técnica da agroecologia em sua produção agrícola, que é um jeito que faz com que o ser humano se volte à natureza. É uma técnica de produção que leva em conta a sustentabilidade do planeta Terra (ser humano, animal e natureza). A composição do produto agroecológico “orgânico” é muito melhor que o produto convencional, pois é um produto saudável sem o uso de adubos químicos, transgênicos e agrotóxico. Um exemplo, é o cultivo de cana-de-açúcar, em que não se queima e nem passa veneno na cana e utiliza a adubação verde, ao contrário da forma convencional em que utiliza-se o adubo sintético. E para evitar a contaminação de outras propriedades para a área desse assentamento, usa-se a cerca verde.

A intensão desses assentados não é enriquecer, mas levar uma vida saudável dos moradores assentados e também de quem adquire os seus produtos. A atividade é bastante variada, produzem o queijo, iogurte, leite, rapadura, melado de cana, hortaliças, verduras, pães, açúcar mascavo e também cachaça. Este assentamento, é referencial em produção de alimento, pois Paranacity é voltada mais para a cultura da cana-de-açúcar (**Quadro 1**). A produção agropecuária colhida neste assentamento é comercializada na própria cidade de Paranacity. Os seus produtos industrializados como o açúcar mascavo (orgânico) e a cachaça artesanal (**Figura 2**) com selo de produto orgânico é vendida para todo o Brasil e também exportada para a França e Itália.



Destilaria da Copavi, com a produção da cachaça orgânica

Fonte: A autora, 2015

Figura 2:

O sistema de produção agropecuária desse assentamento, antigamente, era na forma convencional, com o tempo foi se adequando com a questão ecológica que as universidades como a UEM e a UEL propuseram a este assentamento. Assim, de 11 anos para cá a agroecologia vem sendo praticada.

A maioria dos assentados são oriundas da região Sudoeste do estado do Paraná, família de origem alemã e italianos. Eles imaginaram que não iriam se adaptar neste assentamento, pois essa região de Parancity possui um solo arenoso, pobre e bastante degradado, e eles estavam acostumados com terra boa.

Segundo as informações de Allan, para se associar a este assentamento, a exigência é que a pessoa tenha 18 anos. Para a família que pretendem se associar, é feito uma assembleia entre os sócios para decidir se esta poderá tornar um associado deste assentamento ou não. Desta forma, antes é feito um convívio da pessoa interessada em associar-se neste assentamento e todas as família do assentamento é que decide em uma assembleia. Se a família quer ficar na reforma agrária, mas não em assentamento coletivo, procura-se onde há um assentamento individual, em que tenha vaga. Se sair sem nenhum conflito, pode ser instalado em um assentamento do INCRA, portanto, não sai da lista.

Cada família desta cooperativa de produção tem a sua própria casa. Como pode ser verificada na figura 3, as casas nesta agrovila não têm cercas, isso para que os moradores tenham uma melhor socialização entre eles, e também pelo fato de significar que é um assentamento coletivo, sem divisão.



das famílias do assentamento rural Santa Maria

Fonte: A autora, 2015

Figura 3: Casas

Os filhos dos assentados que concluem o ensino superior, alguns permanecem no assentamento, outros vão morar fora mas fica assentado aqui e contribui de acordo com o que ele ganha lá fora. Pois esse indivíduo teve a contribuição financeira do assentamento para estudar fora.



3.3 A DIVISÃO DE TRABALHO E A REMUNERAÇÃO DOS ASSENTADOS

De acordo com as informações do Allan, cada posto de trabalho, ao final dos afazeres, por dia ou por semana, tem um valor para cada hora trabalhada, e no final do mês, é realizada a soma e se obtém o salário. Para o cálculo, é baseado em um modelo espanhol em que se leva em conta o trabalhado por hora. Quem controla as horas trabalhadas é o coordenador de atividades. O trabalho braçal é mais valorizado do que o intelectual isso por conta dos conflitos internos. O sistema de trabalho é dividido em três setores, sendo o de produção, de comercialização e o de administração, com uma carga horária de trabalho de 40 horas semanais. Não há problema na área financeira, pois é dividido de forma justa. O rendimento bruto anual atualmente é de 1 milhão de reais.

O salário de cada assentado é em média de R\$ 800,00 a R\$1.000,00 reais por pessoa, isso livre de aluguel, água, hortaliças, produtos industrializados neste assentamento e refeição pronta. Dessa forma, o valor é líquido, livre de outras despesas, com a exceção da conta de luz. Há um controle ao adquirir os produtos. O indivíduo paga apenas pelo seu preço de custo dos produtos industrializados deste assentamento, e o que não é industrializado (produtos *in natura*) a família consome gratuitamente (entrevistado Allan).

Em relação ao trabalho da mulher, elas não realizam o trabalho braçal. A mulher atua em ambientes mais leves, como na padaria, no refeitório, na horta, na industrialização, enfim, os serviços mais leves. É assalariada também.

A escola não está presente neste assentamento, devido à proximidade da cidade. A educação é valorizada, pois as crianças, os sem-terrinhas, têm aula na cidade, ministradas no contraturno. Há também dentro do assentamento algumas aprendizagens voltadas ao campo.

Este assentamento foi projetado para 25 famílias, mas nunca chega a isso, no momento têm 22 famílias. Portanto eles contratam trabalhadores de fora, os “bóias-frias”, sendo em torno de 12 a 15 trabalhadores em cana e pecuária. É uma relação contraditória, pois para o MST que tem o cunho marxista, ninguém pode ser explorado, mas por falta de mão de obra, não tiveram alternativa.

Com a finalidade de realizar encontros com mais frequência entre os assentados para discutirem sobre problemas ou tomadas de decisões, discute-se também a diminuição do trabalho das mulheres, para preparar as refeições de suas famílias, assim, elas dedicarão mais tempo ao trabalho na cooperativa. É servido café da manhã e almoço, na cozinha comunitária, de segunda a sexta-feira. Somente a janta é realizada em suas casas.

3.4 ASSENTAMENTO RURAL COLETIVO DE PARANACITY

Existem dois tipos de assentamentos: os coletivos e os individuais. O assentamento rural Santa Maria é um assentamento coletivo, assim, a terra não é dividida, é administrada, geralmente, por uma cooperativa. O assentamento de Paranacity é administrado pela Copavi, os rendimentos são distribuídos na proporção do trabalho realizado, ou seja, de acordo com as horas trabalhadas. Portanto, o assentamento coletivo é caracterizado pela posse coletiva dos meios de produção, inclusive a terra, desta forma, faz-se necessário que o assentado tenha a mentalidade cooperativista. O ponto negativo é que ao deixar de ser associado do assentamento, há renúncia da posse da terra. Já no assentamento individual, a propriedade é dividida entre as famílias, cada uma recebendo um lote.

A instalação da Copavi no assentamento rural Santa Maria foi em 1993, portanto esse assentamento já tem 22 anos. Esta cooperativa tem o caráter coletivo, e todos têm que seguir o regimento interno. Não há divisão da terra, pois é uma CPA (Cooperativa de Produção Agropecuária). Essa cooperativa segue as diretrizes do MST. A Copavi utiliza-se a forma de produção agroecológica e o valor agregado através de beneficiamento e processamento dos produtos agropecuários produzidos neste assentamento, contribuindo, portanto, para o desenvolvimento econômico e a inclusão social dos assentados.

4 CONCLUSÃO

Movimentos sociais atuantes, principalmente o MST, contribuem para que a reforma agrária saia do papel, pois pressiona o governo a acelerar o processo de reforma agrária, tornando possível o sonho daqueles que lutam pelo direito à terra agrícola no Brasil.

Esta pesquisa proporcionou conhecer o resultado da luta dos trabalhadores rurais pela terra em Paranacity. Na qual teve o empenho do MST, para que esse pessoal conseguisse este assentamento que se tornou um modelo no Paraná. Isso graças à cooperativa Copavi, esta cooperativa que é referência em relação aos assentamentos no país pela experiência de produção coletiva e sem a propriedade privada. Ela oferece uma vida digna aos assentados, e produz alimentos, respeitando o meio ambiente.

Verificou-se que neste assentamento Santa Maria não se tem o camponês, pois a atividade é empresarial, ou seja, capitalista, pois comercializam os seus produtos colhidos, e uma parte é industrializada para a agregação



de valores. Porém, a sua produção é socialista, ou seja, é baseada na vertente marxista socialista, desta forma, todos são iguais, todos têm os direitos e deveres iguais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.**

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 07 jun. 2015.

FERREIRA, Allan Francisco; CALZA, Daniela Bernadete. **Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória – COPAVI**, Paranacity, 2013. Disponível em: <<https://cirandas.net/cooperativa-de-producao-agropecuaria-vitoria-ltda/>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Reforma Agrária.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

IPARDES. **Caderno Estatístico Município de Paranacity.** Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=87660>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

MORO, Dalton Áureo. **Substituição de Culturas, Modernização Agrícola e Organização do Espaço rural no Norte do Paraná.** 1991. 353 f. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unesp, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 1991.

NAVARRO, Zander. **O mundo rural no Brasil do século 21.** Brasília: EMBRAPA, 2014.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** SÃO

PAULO: FFLCH, 2007. 185p.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA. Governo do Paraná. **Bacias Hidrográficas do Paraná: Série Histórica**, 2 ed. Curitiba: Sema, 2013, 140 p. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/corh/serie_historica_bacias_hidrograficas_2013.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2015.

SERRA, Elpídio. **Processos de Ocupação e a Luta pela Terra Agrícola no Paraná**, 1991. 361p. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1991.